



25°enancib

Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação
Informação, Decolonialidade e Direitos Difusos para o Desenvolvimento Sustentável

3 a 7 de novembro de 2025 – Rio de Janeiro



XXV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXV ENANCIB

GT 5 – Política e Economia da Informação

ENTRE LEITORES E DIREITOS: ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL NO ESPAÇO BRAILLE DA BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

BETWEEN READERS AND RIGHTS: INFORMATIONAL ACCESSIBILITY IN THE BRAILLE SPACE OF THE PARÁ FEDERAL UNIVERSITY CENTRAL LIBRARY

Élida Lopes Maia – Universidade Federal do Pará (UFPA)

Tania Chalhub – Universidade Federal do Pará (UFPA)

Monica Tenaglia – Universidade Federal do Pará (UFPA)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: este trabalho analisa os recursos de acessibilidade informacional disponíveis na Biblioteca Central da Universidade Federal do Pará voltados ao atendimento de usuários com deficiência visual. Bibliotecas universitárias desempenham um papel estratégico ao oferecer recursos, serviços e espaços adaptados que garantam o acesso equitativo à informação aos usuários com deficiências. A pesquisa é um Estudo de Caso descritivo de caráter qualitativo com objetivo de analisar de que maneira o Espaço Braille da Biblioteca Central da UFPA promove a acessibilidade informacional para pessoas com deficiência visual, identificando práticas, instrumentos, desafios e potencialidades no cumprimento do direito à informação e inclusão. Os resultados revelam avanços importantes, como a participação da Universidade Federal do Pará na Rede Brasileira de Estudos e Conteúdos Adaptados (REBECA), a presença de materiais digitais acessíveis e o envolvimento de servidores comprometidos com práticas inclusivas. Os entrevistados destacaram a biblioteca como um espaço fundamental para o estudo, a autonomia e a permanência de usuários com deficiência visual no espaço acadêmico. Embora ainda haja limitações, sobretudo quanto à ampliação de tecnologias assistivas e à acessibilidade de materiais específicos, como mapas e documentos históricos, observou-se um cenário positivo e em evolução. Dessa forma, conclui-se que a biblioteca universitária, ao reconhecer e atender às necessidades desse público, cumpre um papel essencial na promoção da equidade, alinhando-se às políticas nacionais e internacionais de inclusão.

Palavras-chave: acessibilidade informacional; deficiência visual; biblioteca universitária; inclusão; Universidade Federal do Pará.

Abstract: this work analyses the informational accessibility resources available at the central library of the Federal University of Pará aimed at serving users with visual impairments. University libraries play a strategic role in offering resources, services and adapted spaces that ensure equitable access to information to users with disabilities. The research is a descriptive case study of a qualitative nature with the objective of analysing how the braille space of the central library of Federal University of Pará promotes information accessibility for people with visual impairment, identifying practises, instruments, challenges and potentialities in complying with the right to information and inclusion. The results reveal important advances, such as Federal University of Pará participation in the brazilian network of studies and adapted content (Rede Brasileira de Estudos e Conteúdos Adaptados [REBECA]), the presence of accessible digital materials and the involvement of servers committed to

inclusive practises. The interviewees highlighted the library as a fundamental space for the study, autonomy and permanence of users with visual impairments in the academic space. Although there are still limitations, especially regarding the expansion of assistive technologies and the accessibility of specific materials, such as maps and historical documents, a positive and evolving scenario has been observed. Thus, it is concluded that the university library, by recognising and meeting the needs of this public, plays an essential role in promoting equity, aligning itself with national and international inclusion policies.

Keywords: information accessibility; visual impairment; university library; inclusion; Federal University of Pará

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa analisa a acessibilidade informacional, possibilitando a ampliação e o aprofundamento da temática em diversas áreas do conhecimento e influenciando diretamente as práticas profissionais. No meio acadêmico, o debate sobre o tema deve envolver todos os atores, docentes, discentes e mediadores da informação, especialmente bibliotecários, quanto à importância da acessibilidade e inclusão no contexto informacional, abordando dimensões que muitas vezes passam despercebidas (vista, apenas, com o “olhar” do usuário). Ao evidenciar aspectos intrínsecos desse direito de tornar acessível, busca-se fomentar reflexões que levem à formulação de ações planejadas e efetivas, voltadas à garantia de acesso equitativo aos produtos e serviços oferecidos pelas bibliotecas universitárias às pessoas com deficiência visual. Este trabalho é resultado de uma pesquisa de mestrado que buscou investigar como o direito à acessibilidade informacional está, diretamente, ligado ao princípio da igualdade de acesso à informação, essencial para a inclusão social e o exercício pleno da cidadania. Esse direito garante que todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas, sensoriais ou cognitivas, possam acessar, compreender e utilizar a informação de forma autônoma. De acordo com Sasaki (2005), a acessibilidade informacional é um dos pilares da inclusão, pois “sem acesso à informação, não há como a pessoa com deficiência participar ativamente da sociedade em igualdade de condições com as demais”.

Além da fundamentação teórica, o direito à acessibilidade informacional é respaldado por marcos legais nacionais e internacionais. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência no Decreto n.º 6.949/2009, estabelece no Artigo 9º que os Estados Partes devem tomar medidas apropriadas para assegurar que pessoas com deficiência tenham acesso, em igualdade de oportunidades com as demais, à informação e à comunicação, inclusive às tecnologias e sistemas de informação e comunicação (Brasil, 2009).

No âmbito nacional, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 13.146/2015), em seu Artigo 63º, assegura o direito à acessibilidade nos serviços de informação, comunicação e acessibilidade digital, promovendo a eliminação de barreiras que impeçam o acesso pleno à informação (Brasil, 2015).

As ações conjuntas das legislações e dos espaços inclusivos, contribuem à inclusão e acessibilidade desse usuário. Nesse contexto, as bibliotecas universitárias desempenham um papel estratégico, ao oferecer recursos, serviços e espaços adaptados que garantam o acesso equitativo à informação. A Biblioteca Central da Universidade Federal do Pará (UFPA) constitui um ambiente de grande circulação de usuários e de vital importância para o apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão da instituição. Destacando o Espaço Braille, setor específico para usuário com deficiência visual. Assim, torna-se fundamental avaliar de que modo seus recursos e serviços atendem às necessidades específicas de usuários com deficiência visual, considerando os princípios de acessibilidade, autonomia e inclusão plena.

O problema da pesquisa foi construído da seguinte maneira: de que forma os recursos e serviços oferecidos pelo Espaço Braille da Biblioteca Central da UFPA têm atendido às demandas de acessibilidade informacional dos usuários com deficiência visual, e quais os desafios enfrentados para a efetivação plena desse direito?

Neste contexto, este artigo tem como objetivo analisar de que maneira o Espaço Braille da Biblioteca Central da UFPA promove a acessibilidade informacional para pessoas com deficiência visual, identificando práticas, instrumentos, desafios e potencialidades no cumprimento do direito à informação e inclusão.

2 DEFICIÊNCIA VISUAL E INCLUSÃO INFORMACIONAL

A deficiência visual apresenta diferentes graus e classificações, sendo, geralmente, dividida em três categorias: cegueira, baixa visão e visão monocular (ou subnormal), de acordo com o nível de acuidade visual comprometida. A cegueira, ou perda total da visão, pode ser congênita (presente desde o nascimento) ou adquirida ao longo da vida (Lourenço; Fidalgo; Malheiro; Campos, 2020). Pessoas que perdem a visão após terem enxergado, geralmente, mantêm memórias visuais (como cores, formas e imagens) que podem ser importantes para sua adaptação. Já indivíduos cegos, desde o nascimento, não possuem essas referências visuais e desenvolvem outras formas de percepção e habilidades sensoriais para interagir com o mundo.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

A baixa visão é caracterizada por uma limitação significativa da capacidade visual, mesmo após correções ópticas. Ela pode ser classificada como leve, moderada ou severa, e envolve fatores como a redução da acuidade do campo visual, da sensibilidade ao contraste e outras funções visuais. Pessoas com baixa visão, geralmente, não conseguem enxergar objetos com nitidez a uma distância de 3 metros, mesmo sob boa iluminação, mas ainda preservam algum resíduo de visão funcional. Já a visão monocular ocorre quando há perda da visão em apenas um dos olhos. Essa condição pode se manifestar de duas formas: 1) cegueira total em um dos olhos, com visão normal no outro; ou 2) baixa visão em um olho e cegueira no outro (Lourenço; Fidalgo; Malheiro; Campos, 2020).

Em números, dentro da população brasileira, existem 35 milhões de pessoas com algum grau de deficiência visual: 506 mil são cegos, 6 milhões têm baixa visão e 29 milhões possuem alguma dificuldade para enxergar (IBGE, 2010 *apud* Fundação Dorina Nowill Para Cegos, 2014).

A inclusão é fundamental para garantir o acesso equitativo e sem discriminação às pessoas com deficiência. Como destaca Camargo (2017): “inclusão, portanto, é uma prática social que se aplica no trabalho, na arquitetura, no lazer, na educação, na cultura, mas, principalmente, na atitude e no perceber das coisas, de si e do outrem”. No contexto das bibliotecas, o atendimento às pessoas com deficiência visual vai muito além da disponibilização de materiais em Braille ou audiolivros. Trata-se de reconhecer e atender a uma diversidade de demandas educacionais, sociais e informacionais que precisam ser supridas de forma planejada e sensível às reais necessidades desse público. Dessa forma, na LBI é estabelecida a educação como direito essencial em todos os níveis, conforme expresso no artigo 27:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação (Brasil, 2015).

Sendo assim, todo material acessível que estiver disponível facilitará o aprendizado e o acesso à informação das Pessoas com Deficiência Visual. O uso de materiais acessíveis representa não apenas uma escolha técnica, mas uma afirmação concreta da equiparação de

direitos, especialmente no que se refere ao acesso à informação e à cultura. Nesse sentido, o artigo 68º da Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015) determina que o poder público deve promover mecanismos de incentivo à produção, edição, difusão, distribuição e comercialização de livros em formatos acessíveis, inclusive em publicações da administração pública ou financiadas com recursos públicos, garantindo, assim, o direito à leitura e à comunicação como base para o desenvolvimento pessoal e social.

Atualmente, o mercado já oferece diversos recursos inclusivos que podem e devem ser incorporados pelas bibliotecas, centro de informação, museus, entre outros, contribuindo para a presença efetiva de materiais acessíveis nesses espaços. Para assegurar uma experiência verdadeiramente inclusiva, é necessário fortalecer práticas de acessibilidade, ampliar o respeito às diferenças e cultivar a empatia, assegurando às pessoas com deficiência visual uma vivência plena e significativa no ambiente informacional.

2.1 A inclusão informacional

Inclusão informacional é o processo de garantir que todas as pessoas, independentemente de suas limitações físicas, sensoriais, cognitivas, socioeconômicas ou culturais, tenham acesso equitativo, autônomo e significativo à informação. No caso de pessoas com deficiência visual, isso envolve a disponibilização de conteúdos em formatos acessíveis (como Braille, áudio, livros digitais compatíveis com leitores de tela), uso de tecnologias assistivas, ambientes acessíveis e serviços bibliotecários adaptados. Segundo Castells (2003), a exclusão informacional é uma das formas mais graves de exclusão social na era digital, pois quem não tem acesso à informação não consegue se desenvolver de forma plena.

A inclusão informacional está diretamente ligada ao direito à informação, previsto em leis e tratados internacionais, e é essencial para o exercício da cidadania, da educação, da inclusão social e da participação plena na vida pública e acadêmica. Direcionando-se à sociedade da informação, debatida nacional e internacionalmente, “podemos notar que a sociedade da informação agrega à sociedade uma relação estreita com a importância do acesso informacional” (Souza *et al.*, 2013, p. 2).

Todas as pessoas devem ter acesso à informação como parte fundamental da educação, lazer, trabalho, saúde, o que amplia para todos os tipos de pessoas, sejam elas com ou sem deficiência. Em resumo, é fundamental que a conscientização e o reconhecimento dos

direitos das pessoas enquanto sujeitos de cidadania sejam priorizados como etapas iniciais no processo de promoção da liberdade de escolha e da construção de oportunidades equitativas. Vale ressaltar que o acesso à informação não é sinônimo de acessibilidade informacional uma vez que o usuário pode ter o acesso à informação que não esteja em formato acessível ao sujeito, por exemplo, um texto impresso ou digital, mas que não ofereça leitura ao portador de deficiência visual.

2.2 Acessibilidade em bibliotecas universitárias

A biblioteca, entendida como um organismo vivo e em constante desenvolvimento (Ranganathan, 2009), oferece uma diversidade de serviços voltados à comunidade universitária, acompanhando as transformações sociais e integrando-as ao seu ambiente de atuação.

As bibliotecas, assim como demais unidades de informação, vêm se adaptando continuamente ao longo do tempo, com o objetivo de atender às necessidades informacionais de seus usuários e de acompanhar as transformações tecnológicas e comportamentais. Diante de um público cada vez mais conectado, esses espaços têm buscado incorporar inovações em tecnologia da informação e comunicação, promovendo serviços mais dinâmicos, interativos e alinhados às novas formas de acesso ao conhecimento (Nunes; Carvalho, 2016). Especificamente, ao tratar da biblioteca universitária, sua função permanece como parte integrante do meio acadêmico e possuem um papel fundamental na promoção da pesquisa, ensino e aprendizagem. Elas oferecem uma ampla gama de recursos e serviços para a comunidade acadêmica.

Para muitos usuários, as bibliotecas universitárias representam espaços fundamentais de acesso a fontes de pesquisa e apoio acadêmico, desempenhando um papel ativo na promoção de ações educacionais voltadas à difusão e à produção do conhecimento. Segundo Santos e Peixoto (2018, p. 1147), a biblioteca universitária tem como finalidade “apoiar o ensino, a pesquisa e a extensão, estando vinculada a uma unidade de ensino superior, seja ela pública ou privada”. Nesse contexto, ao serem mantidas por instituições de ensino superior, essas bibliotecas assumem a responsabilidade de atender às demandas informacionais de docentes, discentes, técnicos e do público em geral, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento das atividades acadêmicas (Cunha; Cavalcanti, 2008).

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

A biblioteca, ao oferecer produtos e serviços voltados à diversidade de públicos, assume um papel essencial no desenvolvimento social, promovendo a inclusão. Sua função vai além do acesso à informação, pois contribui com responsabilidade para garantir acessibilidade, segurança e igualdade de oportunidades a todos os usuários. Com efeito, Silva e Bernadino (2015) afirmam que:

A biblioteca inclusiva deve partir do princípio que as pessoas com e sem deficiência devem ter uma vida normal e com qualidade. Todos utilizando ao mesmo tempo os serviços e os espaços da biblioteca possibilitando que as pessoas possam desenvolver atividades da vida diária com autonomia (Silva; Bernadino, 2015, p. 32).

Nesse contexto, as bibliotecas universitárias possuem um papel fundamental na disseminação do conhecimento, na promoção da aprendizagem e na pesquisa, tornando-se um recurso valioso para a comunidade acadêmica. Elas, ao adotarem os princípios do design universal, devem planejar seus espaços e serviços para garantir acessibilidade a todos. Isso inclui infraestrutura adequada, como rampas, elevadores, portas e corredores amplos, bem como materiais acessíveis em formatos como Braille, áudio e com legendas. É essencial também disponibilizar tecnologias assistivas e capacitar os profissionais para atender adequadamente usuários com deficiência. Além disso, promover o *feedback* contínuo dos usuários contribui para a melhoria constante dos serviços e recursos oferecidos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O tipo de pesquisa é um estudo de caso com análise documental, que são fundamentais nesta pesquisa por permitirem uma investigação aprofundada da realidade específica da biblioteca universitária em foco (Calazans, 2007). Pesquisa de campo incluiu entrevista com usuários com deficiência visual e as servidoras do espaço Braille da Biblioteca Central da UFPA, realizadas no mês de fevereiro de 2024. A pesquisa teve como objetivo principal analisar como esses usuários se sentem ao utilizar o Espaço; qual a benfeitoria em sua vida acadêmica, pessoal e/ou profissional; qual a maior necessidade informacional; e o que precisa melhorar.

Foi realizada uma revisão bibliográfica que possibilitou a compreensão dos principais conceitos relacionados à biblioteca universitária, inclusão, acessibilidade e deficiência visual. Foram consideradas publicações em livros, artigos, dissertações e teses disponíveis em plataformas especializadas na área da Ciência da Informação, como a Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), o Encontro Nacional

de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ENANCIB). Também foram utilizadas fontes como a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), o Google Acadêmico, além de dados institucionais provenientes do site do Ministério da Educação (MEC) e bases estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com o objetivo de quantificar a população com deficiência visual no Brasil. Essa diversidade de fontes proporcionaram um embasamento teórico e estatístico robusto para a análise.

A coleta de dados foi realizada por meio da análise de entrevistas com dois grupos principais: bibliotecários atuantes no Espaço Braille e usuários com deficiência visual. A escolha dos bibliotecários se justifica por sua atuação direta nesse setor, o que lhes confere uma perspectiva especializada sobre coleções, serviços e necessidades específicas do público com deficiência visual. Já as entrevistas com os usuários permitiram compreender suas experiências, dificuldades e sugestões, oferecendo uma visão imersiva da realidade enfrentada por esse público no uso dos serviços da biblioteca.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Biblioteca Central Prof. Dr. Clodoaldo Beckmann, fundada no dia 19 de dezembro de 1962 é responsável pela coordenação de trinta e sete bibliotecas setoriais da Universidade Federal do Pará. Dentro do polo central da biblioteca, existe o Espaço Braille, criado na década de 1990, “O Espaço Braille é um serviço voltado para as pessoas com deficiência visual que precisam de apoio para acessar e usar a informação, seja para estudo, trabalho ou lazer” (UFPA, [201-?]).

Os casos analisados foram de cinco discentes, três de graduação (dois com baixa visão e um cego); um egresso com baixa visão; e um servidor e pós-graduando cego. No total, foram duas mulheres e três homens entrevistados. A utilização de entrevistas foi essencial para coletar dados estruturados sobre os recursos físicos, virtuais e humanos da Biblioteca Central, possibilitando análises quantitativas e a identificação de padrões relevantes relacionados à acessibilidade para pessoas com deficiência visual. Essa abordagem também permitiu alcançar um público específico, ampliando a compreensão do tema investigado. O outro grupo entrevistado, os bibliotecários do Espaço Braille, possibilitou compreender a atuação direta no setor, proporcionando uma perspectiva especializada sobre as necessidades dos usuários

com deficiência visual, além de oferecer insights valiosos sobre coleções, serviços e possíveis melhorias na acessibilidade e na experiência dos frequentadores.

A escuta dos usuários com deficiência visual por meio de entrevistas foi fundamental para a compreensão aprofundada de suas necessidades específicas no acesso à informação em formato acessível. Essa abordagem permitiu explorar dimensões como o uso de tecnologias assistivas, a organização espacial da biblioteca, a disponibilização de materiais em formatos acessíveis e a efetividade das políticas de inclusão adotadas. As entrevistas, conduzidas com diferentes perfis de participantes, foram analisadas de forma a proporcionar uma visão abrangente e imersiva da realidade vivenciada por esses usuários, considerando as perspectivas tanto dos frequentadores quanto dos profissionais atuantes no espaço da biblioteca.

4.1 Aspectos acessíveis disponíveis no Espaço Braille

Dentro do Espaço Braille é disponibilizado alguns recursos de acessibilidade como softwares, materiais adaptados e estrutura física, compreendendo 192 títulos e 566 exemplares de livro e 311 títulos e 395 exemplares de periódicos. Dentro do espaço, existem algumas tecnologias assistivas, sendo elas: Impressora em Braille (duas unidades); Ampliador de tela (uma unidade); Lupa eletrônica (uma unidade); Lupa A4 (uma unidade); Tiposcópio (régua de leitura de linha) (duas unidades); Leitor de tela (três unidades); Teclado colmeia (uma unidade); Teclado em Braille (uma unidade); Reglete e punção (três unidades); e Assinador (uma unidade). Os recursos mencionados podem ser usados como ferramentas de acessibilidade para todos os tipos de deficiência, como a dislexia, TDAH, pessoas com espectro autista, entre outros, como apresentados na Tabela 1:

Tabela 1 - Quantidade de materiais físicos (Espaço Braille)

Tipo	Quantidade/Título	Quantidade/Exemplar
Livros em braille	174	514
Livros em fonte ampliada	2	2
Audiolivros	16	50
Periódicos em braille	310	393
Periódicos em fonte ampliada	1	2
Total geral	503	961

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Nos dados da pesquisa existe a quantidade de alunos que frequentam ao menos uma vez o espaço, sendo em média 40 discentes para atendimentos mensais (1.614 atendimentos distribuídos em 597 presenciais e 1.017 online) e essa quantidade de materiais precisar ser pensada para conseguir atender essa demanda.

Como suporte informacional/tecnológico, a Biblioteca Central conta com o recurso da Rede REBECA (Rede Brasileira de Estudos e Conteúdos Adaptados), uma iniciativa de cooperação entre Instituições Públicas de Ensino Superior. Sua missão é fomentar o intercâmbio de informações técnicas, além de promover o compartilhamento de catálogos e o acesso a materiais digitais adaptados, com o objetivo de oferecer suporte informacional acadêmico a estudantes com deficiência visual vinculados a essas instituições.

Ao observar a mediação profissional realizada na Biblioteca Central, verifica-se que, ao serem questionadas por meio de *doze perguntas* sobre situações no espaço, algumas vezes as situações colocadas ou solicitadas podem não ser atendidas. Quando se analisa as ferramentas, sejam elas física ou virtual, as servidoras informam que não há disponível, tentam facilitar de outras maneiras - sendo adaptado ou indicando outro lugar. Contudo, destacam que muitos usuários já dispõem de suas próprias tecnologias e utilizam recursos online ou virtuais disponíveis no local, complementando, assim, os serviços oferecidos pela biblioteca. No entanto, o ideal seria que todas as ferramentas da instituição estivessem plenamente acessíveis e disponíveis a todos que delas necessitam, mediante solicitação.

Quando o assunto recai sobre quando algum usuário não conseguir utilizar o material por conta da sua limitação e/ou não uso dos materiais acessíveis disponíveis, como relatado, para promover maior equidade, a biblioteca deve ser capaz de oferecer efetivamente esses

serviços e incentivar a disponibilização do livro acessível ao usuário com deficiência visual em todas as suas unidades. Conforme destacado pela bibliotecária 2, “eles têm acesso rápido”, o que evidencia uma prática transversal e intrainstitucional voltada à otimização dos serviços já existentes na instituição.

Um ponto que foi destaque por uma das usuárias entrevistadas foi a utilização das obras raras, esse mesmo assunto foi direcionado ao questionário das bibliotecárias com questão sobre como a Biblioteca Central pode contribuir para o acesso de pessoas com deficiência visual a obras clássicas ou raras, por meio da digitalização acessível, do oferecimento de versões em formatos adaptados e da mediação informacional especializada, a entrevistada respondeu que até para os videntes o acesso a essas obras já é um pouco difícil, para o usuário com deficiência visual fica um pouco mais complexo, haja vista, que ainda não se tem todo o acervo digitalizado e inclusivo. E na hipótese de algum usuário necessitar de algum livro que esteja na seção de obras raras e esse título ainda não esteja com versão online ele teria que ser lido por alguma bibliotecária.

Em uma das perguntas foi questionado sobre sugestões de serviços que poderiam ser oferecidos de maneira mais acessível aos usuários com deficiência visual, uma bibliotecária relatou que os poucos recursos disponíveis foram obtidos com grande dificuldade, enfrentando entraves nos procedimentos financeiros da própria instituição. Ela destacou a necessidade de equipamentos mais modernos e tecnológicos, considerando que os usuários com deficiência visual fazem uso intenso de tecnologias que, atualmente, não estão disponíveis na universidade.

4.2 A percepção do usuário com deficiência visual

As perguntas para os discentes foram com base na observação *in loco* do espaço e estudos da vivência acadêmica (treze perguntas). Os cinco usuários entrevistados são ou eram muito frequentes no Espaço Braille, tinham certa familiaridade com as servidoras, utilizavam o espaço para suas atividades acadêmicas e além de usar como local de descanso. Quando questionado sobre a localização dos materiais no sistema e no ambiente físico da biblioteca, a maioria respondeu que nunca conseguia encontrá-los sozinhos, outro relatou que a dificuldade se deu por não saber entender os “codigozinhos”. E um dos entrevistados disse que conseguia localizar os *onlines* mas que os físicos “sempre as bibliotecárias pegam pra mim”.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

Trazendo a pauta sobre a dificuldade de encontrar livros acessíveis para a deficiência visual, os entrevistados descreveram que boa parte dos livros é de nível técnico do curso, pois, consultavam os livros referenciados na ementa da disciplina. Fizeram críticas aos professores na disponibilização de livros xerocados sem a possibilidade de leitores de tela ou sem o link de acesso, tal qual, a acessibilidade ao conteúdo digital acessível aos softwares leitores de tela nas plataformas de pesquisas e repositórios.

É fundamental que a Universidade ofereça materiais compatíveis com as necessidades específicas das pessoas com deficiência, considerando formatos acessíveis que atendam às diferentes particularidades de cada condição, assim foi indagado aos entrevistados sobre suas necessidades pessoais. A maioria respondeu que o PDF Acessível¹ era ideal; computadores com leitores de tela; maior quantidade de materiais ampliados; e plataforma totalmente acessível para deficientes visuais. Uma situação relatada justifica também a necessidade da acessibilidade informacional, a leitura em Braille se torna cansativa e demorada, isso quando o discente sabe ler em Braille, alguns ficaram cegos no decorrer da vida jovem e não tiveram o aprendizado desse sistema tátil de escrita e leitura.

A presença do livro acessível e a promoção da inclusão são essenciais para os discentes com deficiência visual, especialmente, porque muitos têm a biblioteca como principal espaço de estudo. Conforme relatado em entrevista, a ausência desse ambiente comprometeria o acesso aos textos e conteúdos acadêmicos, o que inviabilizaria a participação nas aulas. Um dos usuários destacou: *“A gente precisa ter uma leitura mais técnica para poder desenvolver um raciocínio mais lógico nas temáticas que são abordadas em sala de aula.”*. O acesso a materiais adaptados não apenas favorece a autonomia e a independência na leitura e na escrita, mas também representa um fator decisivo para o desenvolvimento acadêmico e profissional desses estudantes. Como afirmou outro participante da pesquisa, esse acesso *“torna o sonho de ter uma profissão em algo possível.”*. Portanto, garantir a acessibilidade informacional por meio de recursos como o livro acessível é uma condição indispensável para a permanência e o sucesso acadêmico de estudantes com deficiência visual, além de constituir um passo concreto em direção à inclusão efetiva no ambiente universitário.

¹ Documento eletrônico no formato PDF (Portable Document Format) que foi projetado e criado para ser facilmente utilizável por pessoas com deficiência, como pessoas com deficiência visual, auditiva, motora ou cognitiva.

Quanto a considerar a disponibilidade de equipamentos voltados à ampliação de textos, mapas e figuras em formato impresso como lupas eletrônicas e régua de leitura para atender usuários com visão subnormal, observou-se a ausência de recursos específicos que possibilitem a leitura acessível de mapas, ilustrações ou materiais didáticos de cursos como História, Arqueologia, Museologia, Biblioteconomia e Arquivologia. Tais áreas demandam a análise de documentos históricos e iconográficos, o que representa um obstáculo significativo para estudantes com deficiência visual, que ficam impossibilitados de compreender e interagir tátil ou visualmente com esses conteúdos, comprometendo seu processo formativo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo demonstraram alinhamento com importantes diretrizes e políticas nacionais e internacionais voltadas à acessibilidade e à inclusão de pessoas com deficiência. No contexto brasileiro, destacam-se a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e o Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta a acessibilidade como direito fundamental e determina a adoção de recursos que promovam a equiparação de oportunidades no acesso à educação, informação e cultura. Em âmbito educacional, o Plano Nacional de Educação (PNE) também estabelece metas voltadas à inclusão, prevendo ações específicas para a permanência e o sucesso dos estudantes com deficiência nas instituições de ensino superior.

A análise realizada na Biblioteca Central da UFPA, dentro do Espaço Braille, revelou avanços positivos no caminho da acessibilidade informacional para estudantes com deficiência visual. A existência de recursos como livros em Braille, audiolivros, leitores de tela e a adesão à Rede REBECA, a oferta de materiais digitais adaptados e o esforço de profissionais engajados em promover uma cultura de inclusão demonstraram que há um compromisso institucional em atender às demandas desse público. Infelizmente, a consulta aos materiais da Rede REBECA ainda está presa ao sistema da UFPA e seus polos, impossibilitando o usuário de utilizar fora da universidade.

As entrevistas com usuários e servidores evidenciaram que, embora ainda existam desafios a superar, o espaço da biblioteca é reconhecido como um ambiente de apoio, acolhimento e construção de autonomia. Muitos estudantes o identificaram como um local central para seu desenvolvimento acadêmico e profissional, onde o acesso ao conhecimento é possível de forma mais igualitária.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

A utilização de ferramentas inclusivas mostrou que a UFPA tem dado passos importantes em direção à consolidação de uma universidade mais acessível. O reconhecimento das necessidades específicas dos discentes com deficiência visual, aliado à valorização de suas vozes no processo de melhoria dos serviços, indica um cenário promissor. Com continuidade nos investimentos, fortalecimento de políticas institucionais e valorização da acessibilidade como princípio, é possível ampliar ainda mais essas conquistas e consolidar a biblioteca como um verdadeiro instrumento de inclusão e transformação social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 30 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 21 abr. 2025.

CALAZANS, Angélica Toffano Seidel. Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa. *In*: MUELLER, Suzana Pinheiro (org.). **Métodos para pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília, DF: Thesaurus, 2007.

CAMARGO, Eder Pires de. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 23, n. 1, p. 1-6, 2017.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003. Disponível em: <https://globalizacaoeintegracaoregionalufabc.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/10/castells-m-a-sociedade-em-rede.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2025.

CUNHA, Murilo Bastos; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.

FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS. **Tecnologia da informação e acessibilidade**. 2014. Disponível em: https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/wp-content/uploads/2014/12/PDF_Ricardo-Lemos-Soares.pdf. Acesso em: 08 abr. 2025.

LOURENÇO, Erica Garrutti de; FIDALGO, Sueli Salles; MALHEIRO, Cícera A. Lima; CAMPOS, Sandra R. Leite de. **Acessibilidade para estudantes com deficiência visual: orientações para o ensino superior**. UNIFESP, 2020. Disponível em: <https://acessibilidade.unifesp.br/images/PDF/Ebook-Colecao-DV01-2020.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2025.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

NUNES, Martha Suzana Cabral; CARVALHO, Kátia de. As bibliotecas universitárias em perspectiva histórica: a caminho do desenvolvimento durável. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 173-193, mar. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/LCcVhWXmMt6ydMmG6Gmmmzw/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 16 abr. 2025.

RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita. **As cinco leis da biblioteconomia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009. 336 p.

SANTOS, Andréa Pereira; PEIXOTO, Suzane Gonçalves Duarte. As bibliotecas universitárias: contexto histórico e aspectos conceituais. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS 20., 2018, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: UFBA, 2018. Disponível em: http://repositorio.febab.org.br/files/original/50/5812/SNBU2018_210.pdf. Acesso em: 03 mar. 2025.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 2. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2005.

SILVA, Cícero Carlos de Oliveira da; BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues. Percepções Sobre Biblioteca Inclusiva. **Folha de Rosto em Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, p. 30-43, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/5/4>. Acesso em: 25 abr. 2025.

SOUZA, Mônica Sena de *et al.* Acessibilidade e inclusão informacional. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 18, n.1, p. 1–16, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/12173/pdf>. Acesso em: 01 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA). Biblioteca Central. **Espaço Braille**. [201-?]. Disponível em: <https://bc.ufpa.br/espaco-braille/>. Acesso em: 16 abr. 2025.